



Desafios e Proposições para a Avaliação Psicológica com Grupos Minorizados: (Des)alinhamentos Sociopolíticos

Leogildo Alves Freires¹

Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió-AL, Brasil

Valeschka Martins Guerra , Andrea dos Santos Nascimento

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória-ES, Brasil

RESUMO

Este trabalho visa discutir desafios e proposições relacionados à avaliação psicológica e pesquisa com grupos minorizados no Brasil. Para tanto, o conteúdo da seção Participantes de todos os artigos publicados na Revista Avaliação Psicológica entre 2011 e 2021 foi agregado, gerando um corpus analisado pelo software Iramuteq. Os resultados da Classificação Hierárquica Descendente indicaram a existência de quatro classes, que enfatizam informações de gênero e idade (Classe 1), regional e educacional (Classe 2), dados interseccionais (Classe 3) e ênfase nosológica (Classe 4). Foram visibilizados os estudos que apresentaram maior detalhamento nos dados sociodemográficos. Conclui-se que existe a necessidade de ampliar as informações divulgadas de forma a visibilizar grupos minorizados socialmente. Para tanto, são apresentadas propostas que visam contribuir com a visibilização desses grupos, de acordo com a legislação vigente do Conselho Federal de Psicologia, e com o cruzamento de informações relevantes para a construção de um conhecimento interseccional na área.
Palavras-chave: avaliação psicológica; grupos minoritários; pesquisa quantitativa.

ABSTRACT – Challenges and Propositions for Psychological Assessment with Minority Groups: Sociopolitical (mis)alignments

This work aims to discuss challenges and propositions related to psychological assessment and research with minority groups in Brazil. For this, the content of the Participants section of all articles published in the Revista Avaliação Psicológica between 2011 and 2021 generated a corpus for analysis using the IRaMuTeQ software. Results of the Descending Hierarchical Classification indicated the existence of four classes, which emphasized information on gender and age (Class 1), regional and educational data (Class 2), intersectional data (Class 3) and nosological information (Class 4). Studies that presented more detailed sociodemographic data are discussed. The conclusion highlights the need to expand the information disclosed to make social minority groups visible. Accordingly, proposals are presented that aim to contribute to the visibility of these groups, in accordance with the current legislation of the Conselho Federal de Psicologia. Relevant information for the construction of intersectional knowledge in the area is also presented.

Keywords: psychological assessment; minority groups; quantitative research.

RESUMEN – Desafíos y Propuestas para la Evaluación Psicológica con Grupos Minoritarios: (Des)ajustes Sociopolíticos

Este trabajo busca discutir desafíos y propuestas relacionadas con la evaluación psicológica de grupos minoritarios en Brasil. Para ello, se agregó el contenido de la sección Participantes de todos los artículos publicados en la Revista Avaliação Psicológica entre 2011 y 2021, generando un corpus analizado por el software Iramuteq. Los resultados de la Clasificación Jerárquica Descendente indicaron que existen cuatro clases, que enfatizan informaciones de género y edad (Clase 1), de regional y educativa (Clase 2), datos interseccionales (Clase 3) y énfasis nosológico (Clase 4). Se hacen visibles los estudios que presentaron datos sociodemográficos más detallados. Se concluyó que existe la necesidad de ampliar la información divulgada para visibilizar a grupos socialmente minoritarios. Para eso, se presentan propuestas que tienen como objetivo contribuir a la visibilidad de dichos grupos, en consonancia con las reglamentaciones actuales del Consejo Federal de Psicología, y con el cruce de información relevante para la construcción de un saber interseccional en el área de la evaluación psicológica.

Palabras clave: evaluación psicológica; grupos minoritarios; investigación cuantitativa.

Quais práticas podem ser consideradas adequadas no campo de pesquisa e do fazer em Avaliação Psicológica (AP) com pessoas de grupos minorizados? Quais delas precisam ser revisitadas e atualizadas, levando em consideração a legislação profissional vigente e a agenda de lutas pelo reconhecimento de direitos políticos? Essas questões são relevantes e necessitam de

tempo, esforço e dedicação da comunidade de profissionais e pesquisadores(as) para lidar com as incertezas e inseguranças do caminho, que segue em construção neste exato momento.

Aqui, o termo “grupo minorizado” será utilizado no lugar de outras nomenclaturas previamente citadas na literatura, como minorias ou grupos minoritários.

¹ Endereço para correspondência: Universidade Federal de Alagoas. Avenida Lourival Melo Mota, s/n, 57072-970, Maceió, AL. E-mail: leogildo.freires@ip.ufal.br

Consideramos o uso desse termo apropriado por apontar que o grupo em questão não é necessariamente minoritário em termos numéricos, mas é minorizado socialmente devido à falta de acesso a recursos e ao poder necessário para mudar as condições que poderiam garantir vida digna e cidadania aos seus componentes (Carmo, 2016).

O grupo padrão ou de maioria é considerado assim por um desequilíbrio no acesso ao poder, fazendo com que grupos que não têm acesso e recursos estejam em situação de vulnerabilidade social (Carmo, 2016). Para Rogers e Ballantyne (2008), diferentes fontes de vulnerabilidade contribuem para a compreensão de um grupo como vulnerável: circunstâncias como pobreza, falta de acesso à educação, saúde etc. caracterizam a vulnerabilidade extrínseca. Por outro lado, características que localizam os membros de um grupo como diferentes (pessoas com deficiência, identidades de gênero e orientação sexual contranormativa, raça, etnia, idade, entre outros marcadores sociais) identificam a vulnerabilidade intrínseca.

Mudanças ocorridas ao longo do desenvolvimento da AP no Brasil buscaram alinhar critérios de validação e reconhecimento a partir dos Direitos Humanos. Nesse sentido, consideramos importante apresentar, a seguir, esses marcos históricos.

Breve Histórico do Alinhamento da AP com a Justiça Social

A Psicologia como ciência e profissão, principalmente, pós ditadura militar, tem-se apresentado à sociedade em geral como uma área envolvida nas discussões dos fenômenos sociais e seus desdobramentos nos variados contextos de vida das pessoas (Santos, 2011), sendo necessária uma reavaliação constante das diferentes práticas e fazeres psi. Com a AP, não foi diferente, sobretudo, durante o século XX, em que passou por expressivas dificuldades durante o seu processo de construção e implementação como área de conhecimento. Os principais problemas enfrentados eram provenientes das tensões geradas quanto à sua própria conceituação e à precariedade psicométrica das medidas psicológicas, caracterizando uma fase de crise da área entre 1970 e 1990 que concorreu para a banalização do estudo e uso dos testes psicológicos no Brasil (Alchieri & Cruz, 2003).

Ainda na década de 1990, inicia-se um processo de reconstrução da AP visando superar as adversidades da época. Concomitantemente a esses movimentos, surgem as principais entidades da área: a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos em 1993; e o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), em 1997 (Cardoso & Silva-Filho, 2018). A atenção direcionada a fiscalização e controle sobre os instrumentais de AP passa a existir somente em 2003, quando o Conselho Federal de Psicologia (CFP) cria o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), por meio da Resolução CFP n. 002/2003 (CFP, 2003). A criação do SATEPSI é considerada um marco histórico, pois

trata-se de um sistema que contribui significativamente para o desenvolvimento e qualidade da AP no Brasil (CFP, 2013). Dentre as suas funções, destacam-se: regulamentar a AP, estabelecer os requisitos mínimos que instrumentos psicológicos devem apresentar, indicando aqueles considerados favoráveis e desfavoráveis para uso etc. (Reppold & Noronha, 2018).

Para além desses progressos, a AP ainda precisa seguir avançando, sobretudo no quesito da garantia e efetivação de direitos fundamentais da população. Ciente do seu papel ativo, o CFP vem ao longo da história investindo fortemente em um conjunto de ações políticas com foco na transformação social e tendo como principal diretriz a defesa das populações sócio e politicamente vulneráveis, enfatizando a preocupação da categoria para com ações de profissionais da Psicologia que impliquem em algum tipo de discriminação. Nesse contexto, é mister mencionar o ano temático da AP instituído em 2011/2012 cujo foco foi direcionado aos critérios de reconhecimento e validação a partir dos Direitos Humanos, culminando na elaboração e promulgação da Resolução CFP n. 005/2012, que, por sua vez, alterou a 002/2003, ratificando os princípios e fundamentos amparados no respeito, na promoção da liberdade, na dignidade, na igualdade e na integridade do ser humano, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2012).

Após 15 anos do SATEPSI, o CFP lança a Resolução n. 09/2018 (CFP, 2018), que revoga, dentre outras, a resolução nº 002/2003 e a 005/2012, atualizando o papel do SATEPSI e acrescentando questões ético-políticas às diretrizes básicas que devem ser seguidas durante o processo de realização de AP pelos profissionais da área. Nessa normativa, reforça-se o pressuposto de que a AP constitui um amplo processo investigativo e estruturado de variáveis psicológicas, formado por métodos, técnicas e instrumentos diversos (fontes fundamentais de informação – escalas, inventários, questionários, métodos projetivos, entrevistas, protocolos de observação etc.), além de fontes complementares, visando levantar informações que orientem a tomada de decisão em diversos âmbitos (i.e., individual, grupal ou institucional) (Barros, 2019; Queiroga & Abreu, 2019).

O art. 31 dessa resolução prevê que, na produção de instrumental, ou quaisquer das etapas de validação, tradução, adaptação, normatização, ou ainda, na comercialização e aplicação, é vedado ao psicológico ou à psicóloga realizar atividades que caracterizem negligência, violência, crueldade, opressão, preconceito, ou exploração, dentre outros aspectos alinhados aos princípios da justiça social. No que se refere ao contexto da pesquisa e produção de conhecimento científico, o art. 33 da resolução dispõe que sejam considerados “os processos de desenvolvimento humano, configurações familiares, conjugalidade, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, identidade étnico-racial, características das

peças com deficiência, classe social e intimidade como construções sociais, históricas e culturais"(CFP, 2018).

O Impacto da (In)visibilidade de Grupos Minorizados na AP

Tanto no contexto de pesquisa como no de atuação, a comunidade profissional da psicologia detém responsabilidade ética e política no combate de quaisquer formas de discriminação, violência e opressão (CFP, 2005); principalmente, frente a grupos que são a priori, mais vulneráveis socialmente, em decorrência da ação de dispositivos que regulam e normatizam o comportamento social. Assim sendo, a prática mais comum nas publicações de pesquisa, de forma geral, envolve a participação de pessoas que são apresentadas de forma padronizada, contendo estritamente informações consideradas relevantes para a pesquisa em questão. No entanto, o que passou a ser considerado padrão, ou seja, a apresentação de dados compactos de sexo biológico e idade dos/das participantes, colabora com o processo de invisibilização de grupos minorizados. Em se tratando de AP, normas de referência de estratégias avaliativas (e.g. testes psicológicos, instrumentos, escalas, inventários etc.) são elaboradas com base nessas descrições padronizadas. Nesse sentido, há uma carência de informações sobre a diversidade que pode ser encontrada na população brasileira e a variabilidade que esta pode fazer refletir nos resultados e escores do instrumental. Alguns contextos internacionais já apontam há algum tempo preocupações dessa natureza, tornando ainda mais flagrante a ausência dessa discussão no Brasil (para uma discussão, ver Puente & Garcia, 1999).

Nessa direção, muitos grupos minorizados permanecem invisibilizados ou sub-representados nas pesquisas. Não são encontradas informações de qualidade a respeito de normas, parâmetros de testes para essas populações, ou minimamente o nível de sua inserção e participação nas pesquisas já realizadas, porque o dado não é coletado ou não é considerado relevante para a descrição amostral. Pesquisadores(as) podem não incluir, por exemplo, perguntas acerca da orientação sexual ou identidade de gênero como parte do questionário socio-demográfico de determinadas pesquisas por não considerar a informação relevante ou relacionada ao problema de pesquisa. No entanto, essa pode ser uma informação crucial para se melhor compreender diferenças com relação a possíveis necessidades específicas em termos de cognição, emoção, educação, saúde etc. (Fredriksen-Goldsen & Kim, 2017).

A busca de uma normatização inclusiva e o uso de técnicas adequadas ao se lidar com grupos minoritários é uma postura ética fundamental na construção do conhecimento. Seu impacto pode ser ainda maior na AP compulsória, que inclui a atuação profissional para autorizar a documentação adequada para uso no trânsito, porte de armas, assumir cargos em concursos públicos ou em cirurgias e transplante de órgãos. Tais

informações, além de contribuir com uma melhor compreensão das diferenças, abrem o caminho para pensar e problematizar os contextos de (re)produção destas e os seus potenciais impactos e agravos na saúde psicológica dessas pessoas.

A dificuldade de acesso a informações de qualidade acerca de diversos grupos minorizados deve-se a uma série de questões, como: desigualdade social e histórica; falta de acesso a serviços de saúde e educação; preconceitos e estereótipos diversos; e a falta de treinamento adequado de profissionais para atuar com pessoas de diferentes contextos e culturas (Gouveia et al., 2019). Some-se a isso o fato de que a desigualdade tem causas estruturais e políticas e, por isso, a existência da interseção entre diferentes grupos minorizados nos participantes da pesquisa torna a situação exponencialmente mais complexa, pois diferentes desigualdades se entrecruzam, criando níveis diversos de exclusão (Bharadwaj et al., 2021). No contexto da pandemia, por exemplo, as pesquisas passaram a ser conduzidas de forma remota, utilizando-se de questionários *on-line* para acessar os participantes. No entanto, muitos dos grupos citados aqui têm menor possibilidade de acesso a *internet* e uso de aparelhos, tornando-os ainda mais invisibilizados.

Pesquisas eficazes têm o potencial de contribuir para a construção de um conhecimento que irá fomentar o desenvolvimento de um mundo menos desigual (Burlew et al., 2019). O caminho a ser tomado, já apontado por instituições e organizações profissionais (ver Burlew et al., 2019; CFP, 2018), passa por uma avaliação crítica dos atuais métodos de pesquisa e avaliação, de forma a identificar estratégias apropriadas para o trabalho com esses grupos. Pesquisas conduzidas sem tais considerações podem resultar em interpretações incompletas ou incorretas de dados (Burlew et al., 2019). A grande diversidade observada na população mundial tem se tornado cada vez mais visível, de forma que é urgente o encaminhamento de discussões, estratégias e soluções que apontem o caminho. Achados baseados em amostras "padrão" (hetero, cis, branca, de classe média-alta, neurotípicas etc.) são insuficientes para a compreensão de construtos importantes em grupos minorizados (Burlew et al., 2019).

Nesse sentido, este trabalho visa discutir desafios e proposições relacionados à AP e pesquisa com grupos minorizados no Brasil a partir da influência desses marcos e avanços ocorridos na última década de pesquisas nacionais da área. Para tanto, foi analisado o conteúdo da seção Participantes dos volumes publicados pela Revista de Avaliação Psicológica (RAP), nos últimos dez anos. O levantamento foi realizado nesse periódico por ele ser apontado como o mais simbólico da área no país, inclusive sendo fomentado diretamente pelo próprio Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP). Busca-se contribuir com a problematização das aproximações e distanciamentos sociopolíticos dessas pesquisas, caracterizando

participantes de estudos já realizados e, adicionalmente, propondo encaminhamentos que visem sanar aspectos mercedores de atenção por aqueles e aquelas que defendem uma AP ativa, crítica, ética e diversa.

Método

Seleção do Material

Para compor o banco de dados, foram selecionadas todas as edições da *Revista Avaliação Psicológica* (RAP) de 2011 a 2021. Tal recorte temporal abarca o ano temático da AP instituído pelo CFP, que culmina com a publicação da Resolução CFP n.005/2012.

A inclusão dos estudos no *corpus* textual teve como critérios: (a) Ser um estudo empírico; (b) Possuir uma sessão “Participantes”, ou similar; (c) Ter sido publicada entre 2011 e 2021; (d) Estar escrita nos idiomas português, espanhol e inglês, sendo os de língua estrangeira traduzidos por psicólogos (as) bilíngues. Dessa forma, obtivemos um total de 498 artigos, distribuídos entre 39 números dos volumes 10 ao 20 da RAP.

Organização e Análise de Dados

Os dados foram formatados no *OpenOffice Writer* e, após correções e formatação do *corpus*, o arquivo foi importado para o Bloco de Notas do *Windows* na codificação UTF-8². Os dados textuais foram processados e analisados com o auxílio do *software Iramuteq* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) (Ratinaud, 2009), ancorado no *software R* (R Development Core Team, 2015) e na linguagem de programação *python*. A análise do tipo textual consiste em um tipo específico de análise de dados que se debruça no tratamento de textos, em geral, produzidos de diferentes formas (Nascimento & Menandro, 2006). Camargo e Justo (2013) acrescentam que nesse tipo de análise os procedimentos adotados podem ser do tipo simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas. Neste trabalho, optou-se por análises multivariadas, a saber, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) pelo método de Reinert (Camargo & Justo, 2013). Tal procedimento classifica os segmentos de texto em consonância com seus respectivos vocabulários, com base na frequência e no χ^2 , permitindo a criação de classes de Unidades de Contexto Elementares (UCEs).

Resultados

Os resultados serão descritos em dois blocos principais: o primeiro é caracterizado com base na frequência das palavras que aparecem nos bancos de dados textual e nos seus respectivos qui-quadrados (χ^2); o segundo pela

busca ativa de termos específicos, sendo também reportados, os mesmos indicadores que caracterizaram o primeiro bloco.

Primeiro Bloco

Neste primeiro bloco foi realizada uma CHD do *corpus* 1 que, por sua vez, foi formada por 496 UCEs e apresentou 98,90% de aproveitamento, com 55.946 palavras, segmentada em quatro classes. A primeira partição do *corpus* gerou as classes 4 e 3, e da segunda partição, a partir da classe 3, derivaram-se as classes 1 e 2. Esses resultados podem ser observados no dendograma da Figura 1.

Como pode ser observado, a classe 1 agrupou as seguintes palavras com maior frequência: “idade” ($f=464$; $\chi^2=495,21$), “sexo” ($f=273$; $\chi^2=252,2$), “feminino” ($f=200$; $\chi^2=246,95$) e “masculino” ($f=174$; $\chi^2=107,59$). Essa classe foi denominada de “Descontextualização de gênero e idade” (26,13% UCEs) e nela é possível observar segmentos de texto que descrevem as pessoas participantes da pesquisa em AP, em sua maioria, a partir de marcadores como: sexo, utilizando uma lógica binária que inclui apenas masculino e feminino como possibilidades vivenciais; e idade, geralmente associada à média e desvio padrão.

A classe 2 agrupou as seguintes palavras com maior frequência em seu interior: “pública” ($f=75$; $\chi^2=221,69$), “sudeste” ($f=120$; $\chi^2=140,64$), “escola” ($f=48$; $\chi^2=136,47$), “São_Paulo” ($f=45$; $\chi^2=132,11$) e “região” ($f=34$; $\chi^2=110,83$). Denominada como “Descontextualização regional e educacional” (20,22% UCEs), os segmentos de texto dessa classe descrevem características pautadas pela localização geográfica, com maioria situada no eixo sul-sudeste. Da mesma forma que na classe 1, a ênfase é dada a uma caracterização basicamente descritiva e sem contextualização com outras variáveis psicossociais.

A classe 3, seguindo o mesmo padrão descritivo-superficial das demais classes, agrupou as seguintes palavras com maior frequência em seu interior: “completo” ($f=77$; $\chi^2=173,08$), “casado” ($f=49$; $\chi^2=112,37$), “estado_civil” ($f=34$; $\chi^2=86,87$), “incompleto” ($f=42$; $\chi^2=86,48$) e “trabalhar” ($f=55$; $\chi^2=85,81$). Denominada como “Desalinhamentos interseccionais” (20,92% UCEs), os segmentos de texto descrevem participantes por aspectos ocupacionais, estado civil e nível de escolaridade.

Por fim, a classe 4 agrupou as seguintes palavras com maior frequência em seu interior: “critérios” ($f=77$; $\chi^2=92,98$), “diagnosticar” ($f=43$; $\chi^2=56,95$), “dado” ($f=92$; $\chi^2=53,06$) e “exclusão” ($f=24$; $\chi^2=50,03$). Denominada como “Caracterização pautada na ênfase nosológica” (32,73% UCEs), essa classe enfoca fatores relacionados à saúde mental, categorias diagnósticas e psiquiátricas que caracterizam o sujeito da AP.

² O arquivo está disponível no seguinte link do Google Drive para livre acesso: <https://drive.google.com/file/d/1rCsA0bDjDa45NTVKYKdXpCAi7paQwaqK/view>

Figura 1
Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente do Corpus



Segundo Bloco

Em um segundo momento, buscou-se realizar uma busca ativa por termos que não apareceram na caracterização universal gerada pelo *software*. Consideramos igualmente pertinente conhecer e visibilizar as publicações que tenham considerado uma caracterização mais ampla na descrição de participantes, incluindo marcadores sociais diversos. Nesse sentido, recorreu-se à busca manual de descritores no âmbito das categorias raça/etnia, sexualidade, classe social e pessoas com deficiência. Os resultados podem ser observados na Tabela 1.

Do total de 498 artigos analisados, apenas 38 (7,63%) incluíram pelo menos um dos descritores buscados na descrição amostral. Desse conjunto de 38 artigos, nove foram publicados após a divulgação da Resolução

n. 09/2018 (CFP, 2018) abrangendo o período considerado nesse levantamento.

Apenas três dos 38 artigos mencionados apresentaram mais de um marcador em seus descritores: Ribeiro et al. (2021) e Sobrinho et al. (2021), que apresentaram caracterizações em termos de sexualidade e classe; e Wachelke e Rodrigues (2015), que apresentou descritores de raça/etnia e classe. Todas as outras 35 publicações apresentaram apenas um desses marcadores. Em termos das regiões brasileiras, foram observadas 24 publicações advindas do Sudeste, o que equivale a 63% das publicações que apresentaram ao menos um marcador (F total=38), sete publicações do Sul (18,4%), quatro do Nordeste (10,5%), três do Centro-Oeste (7,9%) e uma do Distrito Federal (2,63%).

Tabela 1

Perfil Descritivo das Publicações que Caracterizam Participantes por Marcadores Sociais

Categoria I – Raça/Etnia			
Título resumido	Vol/Nº	Autoria	Região
Negros (f=5 (1%); $\chi^2=10,58$)			
Quem é o estudante de Psicologia do Brasil?	v10/n3 2011	Yamamoto et al.	NE
Estudo normativo para o Sistema Compreensivo do Rorschach	v11/n3 2012	Nascimento	SUD
Competências emocionais: estudo de validação de um instrumento de medida	v14/n1 2015	Bueno et al.	NE
Evidências de validade de critério para o teste de Wartegg	v17/n3 2018	Pessotto; Primi	SUD
Teste propósito de vida: propriedades psicométricas e evidências de validade	v18/n2 2019	Nascimento; Dias	CO
Indígenas (f=5 (1%); $\chi^2=10,58$)			
Quem é o estudante de Psicologia do Brasil?	v10/n3 2011	Yamamoto et al.	NE
Competências emocionais: estudo de validação de um instrumento de medida	v14/n1 2015	Bueno et. al.	NE
Estudo exploratório das relações entre valores básicos pessoais e psicossociais	v14/n3 2015	Wachelke; Rodrigues	SUD
Gratidão no contexto brasileiro: mensuração e relações	v18/n4 2019	Natividade et. al.	SUD
Evidências desfavoráveis ao postulado de cargas fatoriais simples do ENEM	v20/n3 2021	Gomes et al.	SUD e CO
Pardos (f=6 (1,2%); $\chi^2=14,17$)			
Estudo normativo para o Sistema Compreensivo do Rorschach	v11/n3 2012	Nascimento	SUD
Competências emocionais: estudo de validação de um instrumento de medida	v14/n1 2015	Bueno et. al.	NE
Estudo exploratório das relações entre valores básicos pessoais e psicossociais	v14/n3 2015	Wachelke; Rodrigues	SUD
Teste propósito de vida: propriedades psicométricas e evidências de validade	v18/n2 2019	Nascimento; Dias	CO
Gratidão no contexto brasileiro: mensuração e relações	v18/n4 2019	Natividade et al.	SUD
Evidências desfavoráveis ao postulado de cargas fatoriais simples do ENEM	v20/n3 2021	Gomes et al.	SUD e CO
Pretos (f=3 (0,6%); $\chi^2=4,63$)			
Estudo exploratório das relações entre valores básicos pessoais e psicossociais	v14/n3 2015	Wachelke; Rodrigues	SUD
Gratidão no contexto brasileiro: mensuração e relações	v18/n4 2019	Natividade et al.	SUD
Evidências desfavoráveis ao postulado de cargas fatoriais simples do ENEM	v20/n3 2021	Gomes et al.	SUD e CO
Amarelos (f=3 (0,6%); $\chi^2=3,8$)			
Quem é o estudante de Psicologia do Brasil?	v10/n3 2011	Yamamoto et al.	NE
Gratidão no contexto brasileiro: mensuração e relações	v18/n4 2019	Natividade et al.	SUD
Evidências desfavoráveis ao postulado de cargas fatoriais simples do ENEM	v20/n3 2021	Gomes et al.	SUD e CO
Brancos (f=8 (1,6%); $\chi^2=18,48$)			
Quem é o estudante de Psicologia do Brasil?	v10/n3 2011	Yamamoto et al.	NE
Estudo normativo para o Sistema Compreensivo do Rorschach	v11/n3 2012	Nascimento	SUD

Tabela 1 (continuação)

Perfil Descritivo das Publicações que Caracterizam Participantes por Marcadores Sociais

Competências emocionais: estudo de validação de um instrumento de medida	v14/n1 2015	Bueno et al.	NE
Estudo exploratório das relações entre valores básicos pessoais e psicossociais	v14/n3 2015	Wachelke; Rodrigues	SUD
Evidências de validade de critério para o teste de Wartegg	v17/n3 2018	Pessotto; Primi	SUD
Teste propósito de vida: propriedades psicométricas e evidências de validade	v18/n2 2019	Nascimento; Dias	CO
Gratidão no contexto brasileiro: mensuração e relações	v18/n4 2019	Natividade et al.	SUD
Evidências desfavoráveis ao postulado de cargas fatorias simples do ENEM	v20/n3 2021	Gomes et al.	SUD e CO
Categoria II – Sexualidade			
Título resumido	Vol/Nº	Autoria	Região
Heterossexuais ($f=9$ (1,8%); $\chi^2=3,03$)			
Construção e validação de uma medida de papéis de gênero	v12/n3 2013	Barros et al.	SUL
Conjugalidade dos pais: percepções de indivíduos casados e solteiros	v14/a2 2015	Scorsolini-Comin et al.	SUD
Estratégias de resolução de conflitos conjugais	v14/a2 2015	Delatorre; Wagner	SUL
Análise fatorial exploratória e hierárquica da Escala Triangular do Amor	v15/a1 2016	Hernandez	SUD
Inventário de Estilos de Enamoramento: construção e validação	v15/a2 2016	Gomes et al.	SUD
Revisão do Inventário de Ciúme Romântico	v15/a3 2016	Golino et al.	NE e SUD
Uma medida de satisfação com o relacionamento amoroso	v20/a1 2021	Londero-Santos et al.	SUD
Escala de Disposição à Nostalgia	v20/a1 2021	Ribeiro et al.	NE
Evidências de Validade do Questionário de Empatia Conjugal	v20/n2 2021	Sobrinho et al.	SUD
Homossexuais ($f=2$ (0,4%); $\chi^2=**$)			
Construção e validação de uma medida de papéis de gênero	v12/n3 2013	Barros et al.	SUL
Uma medida de satisfação com o relacionamento amoroso	v20/a1 2021	Londero-Santos et al.	SUD
Bissexuais ($f=2$ (0,4%); $\chi^2=**$)			
Construção e validação de uma medida de papéis de gênero	v12/n3 2013	Barros et al.	SUL
Uma medida de satisfação com o relacionamento amoroso	v20/a1 2021	Londero-Santos et al.	SUD
Categoria III – Classe Social			
Título resumido	Vol/Nº	Autoria	Região
Classe Social ($f=9$ (1,8%); $\chi^2=11,39$)			
Adaptação do Eysenck Personality Questionnaire Júnior para pré-escolares	v11/n2 2012	Teles; Flores-Mendoza	SUD
Escala Baptista de Depressão (EBADEP-A): evidências de validade com o Big Five	V13/n1 2014	Bighetti et al.	SUD
Prejuízos de funções executivas em usuários de cocaína e crack	v13/n2 2014	Ferreira; Colognese	SUL
Crenças para lidar com tarefas de carreira em estudantes do ensino médio	v14/n1 2015	Leal et al.	SUD
Estudo exploratório das relações entre valores básicos pessoais e psicossociais	v14/n3 2015	Wachelke; Rodrigues	SUD

Tabela 1 (continuação)

Perfil Descritivo das Publicações que Caracterizam Participantes por Marcadores Sociais

Crianças e adolescentes intoxicados por chumbo	v15/n2 2016	Dascanio et al.	SUD
Inventário de Habilidades Sociais para Cuidadores de Idosos (IHS-CI)	v16/n1 2017	Queluz et al.	SUD
Evidências de validade dos escores na tarefa de fluência verbal infantil	v16/n2 2017	Marques et al.	SUD
Adaptação e validação da Escala de Automonitoria para o português do Brasil	v16/n2 2017	Monteiro; Soares	SUD
Relação entre atenção e desempenho em leitura, escrita e aritmética em crianças	v16/n4 2017	Abreu et al.	SUL
Escala de Habilidades Sociais para Situações de Dificil Manejo	v19/n3 2020	Santos et al.	SUD
Escala de Disposição à Nostalgia	v20/a1 2021	Ribeiro et al.	NE
Evidências de Validade do Questionário de Empatia Conjugal	v20/n2 2021	Sobrinho et al.	SUD
Categoria IV – Pessoas com Deficiência			
Título resumido	Vol/Nº	Autoria	Região
Deficiência ($f=11$ (2,2%); $\chi^2=15,9$)			
Psicopatia e comportamentos interpessoais em detentos*	v11/n2 2012	Salvador-Silva et al.	SUL
O Teste de Pfister em idosos*	v11/n3 2012	Bastos-Formighieri; Pasian	SUD
Validação brasileira do teste não verbal de inteligência SON-R 2½-7[a]*	v12/n2 2013	Laros et al.	DF
Dimensionalidade do Teste Gestáltico Visomotor de Bender Modificado	v12/n3 2013	Soto	Peru
Velocidade de processamento da informação em adolescentes de escolas*	v13/n2 2014	Rocinholi et al.	SUD
Instrumentos de avaliação de componentes da leitura*	v13/n2 2014	Dias et al.	SUD
Desenvolvimento do subteste de escrita do Teste de Desempenho Escolar II*	v15/n3 2016	Athayde et al.	SUL
Desempenho de crianças e adolescentes não pacientes no Zulliger SC*	v17/n1 2018	Carvalho; Resende	CO
Quando pintar quadros não é (Só) atividade artística	v17/n1 2018	Barros; Ambiel	SUD
Instrumentos de autorrelato para avaliar traços antissociais*	v17/n2 2018	Vasconcellos et al. ***	SUL
Funções executivas: correlação entre dois inventários e desempenho*	v19/n3 2020	Flor et al. ***	SUD

Nota. CO=Centro-Oeste; DF=Distrito Federal; NE=Nordeste; SUD=Sudeste; SUL=Sul. *valor de referência utilizado para o cálculo das frequências (f total)=498; ** χ^2 não gerado em função da baixa frequência ($f=2$); ***consideraram pessoas com deficiência como critério de exclusão da amostra

Discussão

O presente estudo objetivou analisar as informações constantes na seção "Participantes" das pesquisas publicadas pela *Revista de Avaliação Psicológica* (RAP), nos últimos dez anos, buscando problematizar aproximações e distanciamentos sociopolíticos e representacionais dessas publicações. Em resumo, o perfil descritivo geral do/a participante da última década de pesquisas da RAP tem sido caracterizado pela apresentação de informações relativas ao sexo, idade, escolaridade, localização geográfica,

estado civil, atividade laboral e estados de saúde mental, como foi observado no primeiro bloco de resultados, em que tais variáveis são apresentadas sem diálogo e articulação com os variados contextos de vida das pessoas.

Acrescenta-se ainda que as informações relacionadas à raça/etnia, sexualidade, classe social e pessoas com deficiência, colhidas a partir de uma busca manual no banco de dados representam uma porcentagem total de cerca de 7% do montante publicado, nestes últimos dez anos e que majoritariamente as vinculações institucionais de quem compõe a autoria dos estudos são do eixo

Sul-Sudeste. Esses dados são preocupantes em diversos níveis, porque geram sub-representação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e da população brasileira como um todo, tendo em vista que a maioria de 54% se declarou negra em estimativas recentes do IBGE (Prudente, 2020). No caso dos pardos, ainda é grande a discussão e as reflexões acerca das etnias indígenas que se afirmam pardas, apesar do IBGE caracterizar os pardos dentro do grupo “negros”, junto com pessoas pretas. Nesse sentido, associar as pessoas pardas exclusivamente à negritude pode significar a invisibilização de todo um grupo étnico e sua possibilidade de autodefinição.

Adicionalmente, apenas 2,2% das publicações consideraram a descrição das pessoas com deficiência (na maioria das vezes, como critério de exclusão para participar do estudo) e focando em instrumentos acerca de desempenho escolar, cognição, psicopatia, funções executivas etc. Ainda, os termos “travesti” e “transsexuais” não tiveram nenhuma ocorrência. Nesse sentido, duas visões de mundo são muito bem representadas no caso da raça/etnia e sexualidade: a da branquitude e da cisheterossexualidade.

Segundo Freires et al. (2021), esses últimos aspectos reportados, corroboram a influência da matriz cisheteronormativa, da sociedade brasileira, entendida, como instrumento normativo de papéis de gênero, essencialista e binário, que referendam a feminilidade e masculinidade a partir de determinantes estritamente biológicos. Acrescenta-se ainda que essa matriz cisheteronormativa é branca, capacitista e patologizante. Portanto, considera-se imprescindível analisar tais aspectos a partir da perspectiva da interseccionalidade.

Em linhas gerais, a interseccionalidade objetiva visibilizar diversas situações de opressão e desigualdades sociais (Silva & Menezes, 2020). Tal conceito foi difundido por Kimberlé Crenshaw (Hirata, 2014) a fim de designar a interdependência dos marcadores sociais de raça, gênero e classe nas dinâmicas de poder. A interseccionalidade apreende as consequências da inter-relação dos diferentes elementos (e.g., poder, gênero, classe, raça, etnia) na constituição das dinâmicas sociais, colocando em evidência a forma como as pessoas vão se constituindo no jogo de forças a que estão expostas (Silveira & Nardi, 2014). Tal perspectiva parece estar alinhada com as diretrizes da AP no Brasil, na medida em que esta última se ancora nos princípios da Justiça e Proteção dos Direitos Humanos (CFP, 2018).

Questões envolvendo a interseccionalidade em psicologia têm gerado estudos sobre a implicação desse conceito (Silva & Menezes, 2020). De igual modo, isso tem fomentado discussões no âmbito do CFP que, no ano de 2020, realizou o evento “*Psicologia e Interseccionalidades na Prática Profissional*”. Especificamente, o debate versou sobre a importância dos estudos sobre deficiências, educação inclusiva, a prática nas políticas públicas em saúde e, ainda, a atuação em temas relacionados aos povos indígenas.

Nesse sentido, demonstra-se que a desconsideração de marcadores sociais diversos no âmbito da produção de conhecimento reduz o potencial analítico e de inferências dos dados, gerando uma sub-representação do entendimento da realidade (Biroli & Miguel, 2015). Ressalta-se que tal processo tem constituído a regra na produção psicológica ao redor do mundo, onde se assume que dados oriundos de amostra de sociedades ocidentais, educacionalmente instruídas, industrializadas, desenvolvidas e democráticas, podem ser considerados universais, quando de fato tais dados provavelmente são pouco representativos e generalizáveis (Henrich et al., 2010).

Adicionalmente, é importante considerar que não apenas os dados dessas amostras são considerados universais, mas também o próprio significado dos construtos psicológicos avaliados. Ao considerarmos uma determinada definição teórico-empírica de um construto quando da avaliação de um instrumento para diferentes culturas, por exemplo, pode-se supor que os diferentes contextos ou subgrupos culturais no Brasil irão compreender o seu significado. Puente e Garcia (1999) discutem essa questão ao tratar da testagem de diferentes grupos étnicos em processos de avaliação psicológica. Borsa et al. (2012) apontam a ausência de consenso na literatura da área sobre as etapas necessárias para um bom procedimento de adaptação transcultural de instrumentos. Esses autores apresentam uma boa proposta de condução desse processo, tornando-o mais rigoroso, de forma a garantir uma melhor adequação do instrumento à nova cultura. Para além do apontado por esses autores, faz-se necessário ainda discutir possíveis necessidades de adaptação de instrumentos e a compreensão do significado dos construtos em si para os diferentes grupos que constituem as variadas expressões dos marcadores sociais aqui apontados.

Em suma, as questões acima levantadas além de versarem sobre elementos metodológicos (i.e., padronização, generalização de resultados etc.) envolvem, sobretudo, implicações éticas e políticas. Por um lado, a sub-representação de certos estratos amostrais nas pesquisas em psicologia pode caracterizar uma ação de negligência, na medida que desconsidera as necessidades desses subgrupos, privando-os dos benefícios diretos e indiretos das pesquisas (Queiroz et al., 2017). Por outro lado, a não interseccionalidade infringe o princípio da justiça, contido no *The Belmont Report: Ethical Principles and Guidelines for the Protection of Human Subjects of Research* (United States, 1978). Segundo Hutz (2015), tal princípio se aplica à pesquisa em psicologia, assim como à prática da AP em geral, significando que todas as pessoas sejam tratadas de forma igualitária devendo constituir as bases para orientações éticas das intervenções profissionais.

Potenciais limitações podem ser apontadas neste levantamento. Deve-se ter em conta a unilateralidade das informações analisadas, uma vez que, exclusivamente,

foram coletadas de um único veículo de publicação científica (RAP) e, mais especificamente, foram analisados apenas os dados relativos à descrição de participantes dos estudos publicados. Sendo assim, espera-se que estudos futuros possam considerar outras revistas que publicam na área de AP, no país, ampliando o escopo das análises aqui realizadas. Adicionalmente, seria interessante descrever também os objetivos, temáticas abordadas, resultados e o referencial teórico-conceitual, bem como a interlocução dessas seções com o contexto de grupos minorizados. Por fim, tendo em vista, especialmente, o recente pedido de desculpas publicado pela *American Psychology Association* (APA, 2021) pelo passivo histórico de contribuições da entidade ao racismo sistêmico, nos dedicaremos, nesta oportunidade, a propor encaminhamentos a partir do que foi apresentado nos resultados do presente estudo e a partir das melhores práticas indicadas pela literatura.

Propostas para as Práticas de Pesquisa

No que diz respeito ao levantamento de literatura, é importante lembrar que um dos objetivos desta etapa é a identificação de lacunas no conhecimento existente, do qual derivem maiores investigações que contribuam com a área. Assim, sugere-se: (a) expandir a revisão da literatura com uma abordagem interdisciplinar que ajude a identificar fatores contextuais relevantes para a compreensão de achados de pesquisa (Burlaw et al., 2019); (b) considerar a relevância da questão de pesquisa para aquela população, especialmente com grupos em contextos de vulnerabilidade (Rogers & Ballantyne, 2008); (c) expandir as questões de pesquisa, de forma a incluir características e vivências únicas do grupo minorizado sob investigação (Burlaw et al., 2019); (d) identificar se a pesquisa busca compreender a característica do grupo (ex.: etnia, orientação sexual) enquanto variável sociodemográfica ou se a característica em questão está sendo inserida na pesquisa por ter uma covariância hipotética com um construto psicológico de interesse (Okazaki & Sue, 1995). Assim, as suposições que servem de base para a avaliação daquele grupo específico ou de alguma característica daquele grupo devem ser explícitas; e (e) inserir como questão relevante, não apenas os desafios das experiências do grupo minorizado, mas também suas forças e capacidades (Burlaw et al., 2019).

Desigualdades horizontais (ou seja, aquelas existentes dentro do próprio grupo) e verticais (entre diferentes grupos) contribuem para produzir estereótipos, homogeneizando o grupo, além de discriminações e exclusões (Bharadwaj et al., 2021). Um processo de AP que se utilize de diferentes abordagens e métodos de avaliação precisa levar em consideração o impacto das exclusões, da possível falta de acesso a sistemas de saúde e educação, a falta de recursos para alimentação adequada, o nível de estresse vivenciado no dia a dia, por exemplo, no processo psicodiagnóstico. Nesse sentido, um treinamento

em competências culturais e capacitações no campo da diversidade, pode ser muito necessário para se chegar a um psicodiagnóstico adequado (Costa, 2019; Gouveia et al., 2019).

Para superar as barreiras para a construção de um conhecimento socialmente relevante e que contribua para fornecer acesso da população vulnerável aos recursos necessários para o desenvolvimento saudável de uma vida digna, é necessário que a parcela privilegiada da população (nesse caso específico, os/as pesquisadores/as e profissionais) desenvolva habilidades de: autorreflexão (refletir sobre as próprias práticas e seu impacto), autocrítica (reconhecer e refletir sobre os próprios erros, aceitar as próprias limitações, responsabilizando-se com uma postura ética e profissional); e de cultivar uma mente aberta (abertura para aprender, com interesse genuíno pelas pessoas envolvidas no processo) (Gouveia et al., 2019).

É essencial aprimorar a comunicação entre pesquisadores(as) e a população-alvo, buscando informações sobre a história e cultura daquele grupo. Compreender a relevância da questão de pesquisa para a população-alvo envolve ter conhecimento sobre o construto a ser estudado e seus efeitos em grupos diversos. Assim, é importante agregar o conhecimento de profissionais que tenham experiência com o grupo minorizado em questão para avaliação dos instrumentos a serem utilizados antes da coleta de dados e, posteriormente, na interpretação dos resultados. Tais profissionais podem contribuir fornecendo informações contextuais relevantes para uma aplicação e interpretação adequada dos instrumentos (Barros, 2019; Okazaki & Sue, 1995).

Adicionalmente, é importante buscar inserir no planejamento da pesquisa/AP garantias de proteção de segurança física e psicológica de participantes da pesquisa (Rogers & Ballantyne, 2008). E, para finalizar, sugere-se ainda a importância da consciência do pesquisador acerca da existência dos próprios estereótipos e preconceitos direcionados àquele grupo (Costa, 2019; Gouveia et al., 2019).

No que diz respeito ao planejamento e realização da coleta de dados, uma das principais preocupações está relacionada a obtenção de uma amostra numericamente relevante do grupo-alvo. A baixa representatividade de diversos grupos contribui para a pequena quantidade de informações de qualidade que possam ser utilizadas em intervenções e programas direcionados. De forma a aumentar o tamanho da amostra, Fredriksen-Goldsen e Kim (2017), por exemplo, seguiram os seguintes passos: (a) definição do tamanho da amostra de acordo com o poder necessário para as análises estatísticas; (b) se relevante, projetar taxas de atrito ou abandono (*attrition rates*) ao longo da pesquisa, aumentando o tamanho da amostra para reduzir o impacto dessa perda amostral; e (c) definição objetiva dos critérios de inclusão e exclusão na amostra. Como estratégias de recrutamento, sugere-se:

(a) o uso de listas de contatos de instituições comunitárias que tenham acesso ou trabalhem diretamente com aquela população; (b) indicação de outras possíveis redes sociais de apoio daquela população, para identificar potenciais participantes que não estão em contato ou não utilizam os serviços das instituições comunitárias; (c) pesquisas participantes; e (d) participação por indicação (bola de neve) (Burlew et al., 2019; Fredriksen-Goldsen & Kim, 2017).

Com relação aos instrumentos, é indicado o uso conjunto de diferentes medidas para gerar informações que possibilitem o teste de validade convergente de ferramentas e instrumentos que não tenham sido previamente validados para grupos minorizados (Okazaki & Sue, 1995). Caso o instrumento tenha sido normatizado com uma amostra com características muito diferentes do grupo em estudo, é importante a realização de uma avaliação dos itens com juízes que tenham conhecimento do grupo em questão e de um piloto (Burlew et al., 2019).

Os desafios colocados pela interseccionalidade podem tornar a avaliação bastante complexa para pesquisadores(as) e profissionais. Nesse sentido, sugestões encontradas na literatura são: (a) a inserção de abordagens qualitativas na pesquisa e na prática profissional, contribuindo para a coleta de informações relevantes que não necessariamente conseguem ser padronizadas e mensuradas (McConnell et al., 2018). O uso de análise de juízes e grupos focais, por exemplo, podem contribuir para avaliar a adequação de um instrumento para a coleta de dados com o grupo em questão (Burlew et al., 2019); (b) o impacto de fatores contextuais, como a escolha do lugar de coleta de dados de um determinado grupo, que pode impactar negativamente nas respostas dos(das) participantes (Burlew et al., 2019); e (c) o uso de uma terminologia adequada, que merece uma atenção especial.

A escolha dos termos a serem utilizados é uma questão complexa devido às implicações políticas, históricas e sociais de determinadas palavras ou expressões (Burlew et al., 2019). Certos termos ou categorias previamente utilizadas e replicadas podem dificultar mais do que contribuir para o acesso a esses grupos. Um exemplo simples disso é uma pergunta que consta no Critério de Classificação Econômica Brasil, divulgado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2021). O questionário é bastante completo e muito utilizado para classificação socioeconômica de respondentes de pesquisa. A presença de empregados(as) domésticos(as) mensalistas é listada na categoria “Itens de Conforto” presentes no domicílio, junto com automóveis, máquinas de lavar roupa, banheiros, geladeiras etc. Considerando que um empregado doméstico é um ser humano e que seres humanos não são itens de conforto dentro de uma casa, é incompreensível como tal questionário continua sendo amplamente utilizado sem críticas ou alterações por parte dos(das) pesquisadores(as) que o utilizam.

Pesquisas recentes e de outras áreas de conhecimento podem fornecer informações relevantes sobre os termos mais apropriados. Em algumas questões, como raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, por exemplo, pode ser útil deixar a questão em aberto para que a pessoa se expresse livremente, ou ainda que seja possível selecionar mais de uma resposta quando for necessário que a pergunta seja objetiva (Burlew et al., 2019).

Com relação à análise e interpretação dos dados, diversas sugestões são encontradas na literatura. Estudos de invariância e com o uso de TRI podem ser úteis para identificar se um instrumento construído para um determinado grupo avalia o construto de forma similar para um outro grupo. Há uma grande literatura sobre o tema que não se pretende entrar em detalhe aqui, mas que é necessária para o desenvolvimento apropriado de uma pesquisa eficaz (Vandenberg & Lance, 2000). Caso não seja possível encontrar instrumentos normatizados para a população de interesse, é indicado que o uso de instrumentos que se utilizem de normas seja limitado ou, no mínimo, que a discussão dos resultados aponte para o uso de um instrumento baseado em normas de outro grupo (Burlew et al., 2019).

Burlew et al. (2019) também sugerem que se preste atenção a dois pontos importantes: (a) estilos de respostas podem variar. O uso de respostas extremas ou moderadas na escala de respostas pode variar de acordo com a pertença a certos grupos, já com uma grande literatura acerca do tema; e (b) considerar se a característica do grupo minorizado que está sob investigação não está sendo apenas um substituto para outras diferenças detectáveis, por exemplo, se raça/etnia está refletindo na verdade o impacto de renda, educação etc.

Aqui, é importante pontuar acerca do impacto das identidades que se interseccionam, demandando avaliações da diversidade de experiências intragrupo. Para McConnell et al. (2018), como não é possível passar de uma abordagem que investiga uma identidade por vez para uma que abarca toda a complexidade que existe, é importante que o caminho para a compreensão do impacto dessas múltiplas identidades se inicie com o foco intencional de interseções específicas, contribuindo para a construção e/ou ampliação do conhecimento. Esses autores apontam ainda que é necessário reconhecer a interdependência dessas identidades, não sendo possível considerar uma mais importante do que as outras.

Para finalizar, com relação à divulgação dos resultados, é importante que os relatos de pesquisa contemplem: (a) um maior detalhamento acerca da amostra e do método de amostragem utilizado, de forma a contribuir para a construção do conhecimento sobre os diferentes grupos, suas interseções identitárias e formar um corpo de conhecimento que facilite a realização de pesquisas e avaliações para futuros(as) pesquisadores(as)

(Okazaki & Sue, 1995); (b) o máximo de informações possível sobre a amostra, métodos de amostragem, análise de dados e achados estatísticos de forma a permitir a realização de futuras metanálises e estudos comparativos (Okazaki & Sue, 1995); (c) sugestões de novas hipóteses relacionadas a achados pertinentes acerca dos grupos minorizados, além de pesquisas de replicação (Okazaki & Sue, 1995); e (d) informação de como foi feita a devolução do conhecimento gerado e/ou a disponibilização de intervenções ou produtos desenvolvidos para benefícios daquela população (Burlew et al., 2019; Rogers & Ballantyne, 2008).

É importante que o conhecimento seja acessível a pesquisadores(as) e profissionais da área, mas também é fundamental manter o compromisso ético de devolver essas informações geradas para as pessoas e grupos que forneceram seus dados. Formas possíveis de disseminação do conhecimento para a população-alvo envolvem a publicação dos achados com uma linguagem acessível em *blogs*, *websites* e redes sociais, além da apresentação dos resultados da pesquisa em reuniões comunitárias ou de instituições acessadas pelo grupo (Burlew et al., 2019).

Várias dessas informações podem ser solicitadas pelos periódicos científicos. Estes são considerados um importante recurso para identificar a qualidade dos instrumentos utilizados e sua adequação para aquela dada população (Queiroga & Abreu, 2019). Nesse sentido, periódicos científicos podem solicitar dos autores que apresentem, minimamente, dados mais detalhados acerca da amostra.

Considerações Finais

Este trabalho busca contribuir com a área de AP, trazendo à tona informações acerca de disparidades existentes nas publicações da atualidade. Há uma necessidade de desenvolver pesquisas que apresentem um maior nível de consciência e visibilidade cultural dos diversos grupos minorizados existentes na sociedade. As estratégias aqui apresentadas são apenas alguns exemplos já existentes na literatura do que pode ser feito, mas um maior cuidado na construção do conhecimento acerca da AP nesses grupos se faz necessário e demanda um esforço coletivo dos(das) pesquisadores(as) que atuam na área.

Não nos cabe aqui extrapolar os resultados obtidos, que se referem exclusivamente à seção de descrição de participantes das pesquisas desenvolvidas. Também não nos cabe questionar a qualidade desses estudos já publicados. O que sugerimos como importante, neste momento histórico, é que as pessoas sejam descritas com informações mais detalhadas, de forma a visibilizar aspectos e intersecções que não são identificadas nas pesquisas atuais.

Adicionalmente, acreditamos ser importante pontuar aqui que a proposta não é de adequação a uma

publicação “politicamente correta”. A proposta é de uma reparação histórica com esses grupos, a partir de uma psicologia que autoavalia sua própria produção e o impacto social desta. A proposta é que esses grupos não sejam mais invisibilizados ou cujas vivências não sejam tidas como similares às dos grupos majoritários socialmente em termos de pesquisas (hetero, branco, cis, de classe média-alta, sem deficiência, neurotípico, com padrão corporal específico etc.).

Tais identificações são importantes em qualquer área da psicologia para o fornecimento de informações consistentes que auxiliem na prática profissional. A intersecção entre essas identidades também é fundamental para a compreensão da diversidade de experiências e vivências que contribuem para a formação cognitiva, afetiva e comportamental dos indivíduos que constituem esses grupos minorizados socialmente. Para a AP, esses aspectos são fundamentais para a compreensão daquilo que precisa ser avaliado, para melhoria na qualidade de vida da população e para a realização de um trabalho profissional de qualidade, bem fundamentado, principalmente, na atenção às políticas de saúde, educação, segurança pública, assistência social, entre outras.

Agradecimentos

Não há menções.

Financiamento

Esta pesquisa não recebeu nenhuma fonte de financiamento, sendo financiada com recursos dos próprios autores.

Contribuições dos autores

Declaramos que todos os autores participaram da elaboração do manuscrito. Especificamente, o autor Leogildo Alves Freires participou da escrita inicial do estudo – conceituação, investigação, visualização, coleta e análise de dados. A autora Valeschka Martins Guerra contribuiu com a escrita inicial, conceituação e visualização do trabalho. A autora Andrea dos Santos Nascimento participou da análise e discussão dos dados. Todos os autores participaram da escrita final do trabalho – revisão e edição.

Disponibilidade de dados e materiais

Todos os dados e sintaxe gerados e analisados durante esta pesquisa serão tratados com completa confidencialidade devido aos requisitos do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos. No entanto, o conjunto de dados e sintaxe que suportam as conclusões deste artigo estão disponíveis mediante solicitação razoável ao autor principal do estudo.

Conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

Referências

- Alchieri, J. C., & Cruz, R. M. (2003). *Avaliação psicológica: Conceito, métodos e instrumentos*. Casa do Psicólogo.
- American Psychological Association – APA (2021). *Apology to people of color for APA's role in promoting, perpetuating, and failing to challenge racism, racial discrimination, and human hierarchy in U.S.* Recuperado de em <https://www.apa.org/about/policy/resolution-racism-apology.pdf>
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP. (2021). *Critério de Classificação Econômica Brasil*. Recuperado de https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2021.pdf
- Barros, L. O. (2019). Avaliação psicológica de surdos. *Revista Diálogos*, 10, 32-35. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Dialogos-Ed10_Web.pdf
- Bharadwaj, S., Howard, J., & Narayanan, P. (2021). Using participatory action research methodologies for engaging and researching with religious minorities in contexts of intersecting inequalities. *CREID Working Paper*, Institute of Development Studies.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: Opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, 20(2), 27-55. doi:10.5433/2176-6665.2015v20n2p27
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: Algumas considerações. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 22(53), 423-432. doi:10.1590/S0103-863X2012000300014.
- Bueno, J. M. H., Correia, F. M. L., Abacar, M., Gomes, Y. A., & Júnior, F. S. P. (2015). Competências emocionais: estudo de validação de um instrumento de medida. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 153-163. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712015000100018&lng=pt
- Burlew, A. K., Peteet, B. J., McCuistian, C., & Miller-Roegnigk, B. D. (2019). Best practices for researching diverse groups. *American Journal of Orthopsychiatry*, 89(3), 354-368. <https://doi.org/10.1037/ort0000350>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Cardoso, L. M., & Silva-Filho, J. H. D. (2018). Satepsi e a qualidade técnica dos testes psicológicos no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 40-49. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000209112>
- Carmo, C. M. (2016). Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: Uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 64, 201-223. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i64p201-223>
- Conselho Federal de Psicologia. (2003). Resolução N° 002, de 24 de março de 2003. *Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n° 025/2001*. DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). Código de Ética Profissional dos Psicólogos. DF.
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). Resolução N° 005, de 8 de março de 2012. *Altera a Resolução CFP 002/2003, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos*. DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Cartilha avaliação psicológica*. DF.
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). Resolução CFP n° 009/2018. *Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga as Resoluções n° 002/2003, n° 006/2004 e n° 005/2012 e Notas Técnicas n° 01/2017 e 02/2017*. DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Costa, A. B. (2019). Readequação genital e o papel da avaliação psicológica. *Revista Diálogos*, 10, 71-73. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Dialogos-Ed10_Web.pdf
- Fredriksen-Goldsen, K., & Kim, H.-J. (2017). The science of conducting research with LGBT older adults – An introduction to aging with pride: National Health, Aging, and Sexuality/Gender Study (NHAS). *The Gerontologist*, 57(S1), S1-S14. <https://doi.org/10.1093/geront/gnw212>
- Freires, L. A., Loureto, G. D. L., Rezende, A. T., & Soares, A. K. S. (2021). Contrastando opiniões acerca da adoção de crianças por casais hétero e homossexuais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(spe3), e216273. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003216273>
- Gomes, C. A. O., Soares, A. B., Mourão, L., & Hernandez, J. A. E. (2016). Inventário de Estilos de Enamoramento: construção e validação. *Avaliação Psicológica*, 15(2), 151-159. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712016000200004&lng=pt
- Gouveia, E. A. H., Silva, R. O., & Pessoa, B. H. S. (2019). Competência cultural: Uma resposta necessária para superar as barreiras de acesso à saúde para populações minorizadas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 43(Supl. 1), 82-90. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190066>
- Henrich, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2-3), 61-83. <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Hutz, C. S. (2015). Questões éticas na avaliação psicológica. Em C. S. Hutz, D. R. Bandeira & C. M. Trentini (Orgs.). (2015). *Psicometria* (pp. 165-174). Artmed.
- McConnell, E. A., Janulis, P., Phillips II., G., Truong, R., & Birkett, M. (2018). Multiple minority stress and LGBT community resilience among sexual minority men. *Psychology, Sexual Orientation and Gender Diversity*, 5(1), 1-12. <https://doi.org/10.1037/sgd0000265>
- Nascimento, A. R. A., & Menandro, P. P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: Uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 6(2), 72-88. <https://doi.org/10.12957/epp.2006.11028>
- Nascimento, R. B. T., & Dias, T. L. (2019). Teste propósito de vida: propriedades psicométricas e evidências de validade. *Avaliação Psicológica*, 18(2), 176-182. <https://doi.org/10.15689/ap.2019.1802.15459.08>
- Natividade, J. C., Carvalho, N. M., Londero-Santos, A., Carvalho, T. F., Fagundes, L. S., & Santos, L. S. (2019). Gratidão no contexto brasileiro: mensuração e relações com personalidade e bem-estar. *Avaliação Psicológica*, 18(4), 400-410. <https://doi.org/10.15689/ap.2019.1804.18712.08>
- Okazaki, S., & Sue, S. (1995). Methodological issues in assessment research with ethnic minorities. *Psychological Assessment*, 7(3), 367-375.
- Pessotto, F., & Primi, R. (2018). Evidências de validade de critério para o teste de Wartegg. *Avaliação Psicológica*, 17(3), 279-291. <https://doi.org/10.15689/ap.2018.1703.13941.01>
- Prudente, E. (2020). Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. *Jornal da USP*, 31 de julho de 2020. <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>

- Puente, A. E., & Garcia, M. P. (1999). Psychological assessment of ethnic minorities. Em G. Goldstein & M. Hersen (Eds.). *Handbook of Psychological Assessment* (pp. 531-554). Elsevier Science. <http://antonioepuente.com/wp-content/uploads/2013/06/1998.35-Psychological-assessment-of-ethnic-minorities.pdf>
- Queiroga, F., & Abreu, F. G. O. (2019). E os testes "não psicológicos"? *Revista Diálogo*, 10, 67-70. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Dialogos-Ed10_Web.pdf
- Queiroz, F., Segabinazi, J. D., & Borsa, J. C. (2017). Aspectos éticos na avaliação psicológica. Em M. R. C. Lins & J. C. Borsa (Orgs.), *Avaliação psicológica: Aspectos teóricos e práticos* (pp. 187-197). Vozes.
- R Development Core Team. (2015). *R: A language and environment for statistical computing*. <https://cran.r-project.org/doc/manuals/fullrefman.pdf>
- Ratinaud, P. (2009). *IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*. <http://www.iramuteq.org>
- Reppold, C. T., & Noronha, A. P. P. (2018). Impacto dos 15 anos do Satepsi na avaliação psicológica brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 6-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208638>
- Ribeiro, M. G. C., Gouveia, V. V., Rezende, A. T., Loureto, G. D. L., & Silveira, L. J. B. (2021). Escala de Disposição à Nostalgia: Desenvolvimento e Evidências Psicométricas. *Avaliação Psicológica*, 20(1), 1-10. <https://doi.org/10.15689/ap.2021.2001.15974.01>
- Rogers, W., & Ballantyne, A. (2008). Populações especiais: Vulnerabilidade e proteção. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 2(Sup. 1), 31-41. <https://doi.org/10.3395/reciis.v2.Sup1.207pt>
- Santos, A. A. A. (2011). O possível e o necessário no processo de avaliação psicológica. Em *Conselho Federal de Psicologia* (pp. 13-20), Ano da avaliação psicológica: textos geradores. 156 p. Conselho Federal de Psicologia.
- Silva, R. A., & Menezes, J. A. (2020). A interseccionalidade na produção científica brasileira. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(4), 1-16.
- Silveira, R. S., & Nardi, H. C. (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 14-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003>
- Sobrinho, R. G. M., Hernandez, J. A. E., & Falcone, E. M. D. O. (2021). Evidências de Validade do Questionário de Empatia Conjugal. *Avaliação Psicológica*, 20(2), 229-240. <https://doi.org/10.15689/ap.2021.2002.18053.11>
- United States, National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research. (1978). *The Belmont Report: Ethical principles and guidelines for the protection of human subjects of research*. Dept. of Health, Education, and Welfare, DHEW Publication; (OS) 78-0012.
- Vandenberg, R. J., & Lance, C. E. (2000). A review and synthesis of the measurement invariance literature: Suggestions, practices, and recommendations for organizational research. *Organizational Research Methods*, 3(1), 4-69. <https://doi.org/10.1177/109442810031002>
- Wachelke, J., & Rodrigues, L. B. (2015). Estudo exploratório das relações entre valores básicos pessoais e psicossociais. *Avaliação Psicológica*, 14(3), 353-363. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712015000300008&lng=pt
- Yamamoto, O. H., Falcão, J. T. R., & Seixas, P. S. (2011). Quem é o estudante de psicologia do Brasil? *Avaliação Psicológica*, 10(3), 209-232. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000300002&lng=pt

recebido em julho de 2022
aprovado em outubro de 2022

Sobre os autores

Leogildo Alves Freires é professor do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Ele coordena o Laboratório Alagoano de Psicometria e Avaliação Psicológica (LAPAP/UFAL).

Valeschka Martins Guerra é professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo, onde coordena o Grupo de Estudos e Práticas em Psicologia Positiva – GEPPsi+.

Andrea dos Santos Nascimento é professora do Departamento de Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo. Ela coordena o Projeto de Extensão em Gestalt-Terapia na UFES.

Como citar este artigo

Freires, L. A., Guerra, V. M., & Nascimento, A. S. (2022). Desafios e proposições para a avaliação psicológica com grupos minorizados: (Des)alinhamentos sociopolíticos. *Avaliação Psicológica*, 21(4), 383-396. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2022.2104.24166.02>